

Política

8 DEZ 1987

CONSTITUINTE

GAZETA MERCANTIL

As hipóteses para a definição do mandato do presidente da República

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Existem dois caminhos, com quatro pistas cada, para se definir a duração do mandato do presidente José Sarney.

Um deles tem como centro de decisão a Constituinte. O outro segue na direção do Supremo Tribunal Federal.

Se houver um acordo na Constituinte, existem três variantes para a duração do mandato: quatro, cinco ou seis anos. De acordo com recentes pesquisas de opinião publicadas na imprensa, os constituintes dividem-se entre as duas primeiras alternativas, tornando a terceira — os seis anos — uma opção remota.

A quarta e última variante deste caminho surge da hipótese desse acordo não ocorrer, caso em que pode prevalecer o texto da Constituição em vigor, o qual determina que o mandato do presidente da República seja de seis anos.

De acordo com o atual regimento interno da Constituinte e com as principais propostas de alteração desse dispositivo — a elaborada pelo "Centrão", aprovada por 290 votos a 16, e a encaminhada na última sexta-feira pela mesa da Constituinte —, as matérias contidas no projeto devem ser aprovadas pela maioria absoluta dos parlamentares, ou seja, por 280 votos.

Porém, esses textos não disciplinam o que acontece se as matérias não obtiverem esse quórum. Em relação ao mandato presidencial, o projeto substitutivo aprovado na Comissão de Sistematização prevê para Sarney um mandato de quatro anos e para aqueles que o sucederem cinco. O atual regimento interno, conforme interpretação do deputado Ulysses Guimarães presidente da Constituinte, prevê que a aprovação do substitutivo deva ser por maioria absoluta, sem prejuízo da apresentação de destaques para re-

jeição de determinado dispositivo.

Assim, na opinião do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), destacada uma emenda para sua rejeição em plenário, ela sairia do texto caso o destaque obtivesse 280 votos. Do contrário, valeria o texto elaborado pela Comissão de Sistematização.

As propostas de alteração deixam as matérias que não tiveram no quórum de votação, no que Passarinho denominou de "vazio constitucional". Nessa hipótese, o mandato presidencial ficaria sem definição.

E com este argumento — o medo do vazio — que muitos parlamentares acreditam em um acordo em relação aos temas mais polêmicos da Constituinte, como a reforma agrária, o sistema de governo e o próprio mandato.

Para Passarinho, ocorrendo o impasse não se poderia nem mesmo invocar a Constituição vigente. "Este texto não vale, porque será substituído", disse.

E nesse contexto que se abre o segundo caminho: a busca de uma definição no Supremo. Em tese, o caso pode ser levado à Suprema Corte por qualquer interessado.

Na prática, deverão valer-se desse recurso os parlamentares ou o próprio Sarney, via consultoria geral da República.

Caso o STF aprecie a questão, antes da entrada em vigor da nova Constituição, poderá conferir a Sarney mandato de cinco anos, como prevê o substitutivo atual para os próximos presidentes, ou, decidir pelos seis anos, seguindo a Carta em vigor.

As mesmas hipóteses podem ocorrer se o caso for apreciado depois da promulgação da nova Constituição.

A diferença é que desta vez aumentam as chances de o Supremo decidir pelos cinco anos, já que esta será a norma legal vigente.

Pedro Simon elogia a "Nova postura de Sarney"

por Guilherme Arruda de Porto Alegre

O governador gaúcho Pedro Simon reafirmou ontem sua posição favorável ao regime parlamentarista, que considera o melhor sistema para o País, mas quer que seja implantado após o mandato do presidente José Sarney. Ele também continua defendendo cinco anos de mandato aos futuros presidentes da Nação.

Simon elogiou o novo comportamento do presidente Sarney, que passou a se posicionar com mais firmeza diante de questões essenciais.

"Esta nova postura até complica o parlamentarismo, mas se ele tivesse adotado isto há mais tempo certamente não passaria por desgastes como os que estão acontecendo, como a reunião dos governadores e o próprio Centrão", disse.

O governador gaúcho mostrou-se preocupado com a formação de novos blocos dentro da Constituinte, pois teme que este procedimento conduza a confrontos, como aconte-

ceu na semana passada, durante a votação para alteração do regimento interno.

"Fora do diálogo e do entendimento o caminho é difícil", disse Simon.

Ele justifica seu apoio ao parlamentarismo com a afirmativa de que esse sistema resiste com maior eficiência a pressões, e isso no seu entender, "assusta a muita gente". "Dizem que ele será feito em cima do laço, que violará o mandato do Sarney, mas o parlamentarismo vence", enfatizou o governador.

A passagem do primeiro ministro da Espanha pelo Brasil, Felipe Gonzáles, foi lembrada por Pedro Simon.

"Na sua visão de chefe de governo coerente, o primeiro ministro deixou alguns recados para nós. E o mais importante na minha visão é que não se pode colocar tudo na Constituinte, é preciso deixar alguns pontos para o povo avançar", disse, exemplificando com o texto da estabilidade no emprego, que deveria ser abrangente na Constituinte e minucioso nas leis complementares.

Ulysses toma medidas para a ordem no plenário

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse, ontem, que nas primeiras semanas de fevereiro teremos "a tão ambicionada, sonhada e esperada Constituição" e anunciou também as medidas que está tomando para evitar novas invasões das galerias:

"Como presidente — disse ele, segundo a EBN — eu pretendo garantir o acesso ao edifício do Congresso Nacional, mas um acesso ordeiro e respeitoso, e não um acesso sacrílego".

Diminuir a "liberalidade" na cessão de auditórios do Congresso Nacional, aumentar o policiamento (deverá chegar aos 300 seguranças — da Câmara, do Senado e do governo do Distrito Federal), e definir uma "distribuição proporcional" de convites às galerias, foram as medidas anunciadas.

"POLÍTICA E PAIXÃO"

Dentro do plenário, Ulysses Guimarães disse que fará um apelo para que os

ex-parlamentares não usem as cadeiras durante as votações, porque não há lugar nem para todos os constituintes, e também fará um apelo para que todos colaborem com a ordem. Mas ele aceitou, em seguida:

"Política é paixão e, sendo paixão, evidentemente, em certos temperamentos, há um descontrole".

ULYSSES NÃO CRE NA DIVISÃO DO PMDB

O também presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, disse, ainda, que não acredita na divisão do partido, após a Constituição. "Estou certo de que daqui a dois meses o rio volta a seu leito" — comentou, aceitando que "os partidos, porém, terão de se ajustar à nova Constituição". Ele disse que poderá haver mudanças, em plenário. "Se não fosse assim, completamente, nós já teríamos a Constituição".

Mas o plenário não é mata-borrão. Ele vai discutir e votar. Por isso pode haver alterações".